

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AMPLA OU RESTRITA? EIS A QUESTÃO...

EDUCACIÓN PROFESIONAL: ¿AMPLIA O RESTRINGIDA? ÉSA ES LA CUESTIÓN...

PROFESSIONAL EDUCATION: BROAD OR RESTRICTED? THAT IS THE QUESTION...



Luciano Marcos CURI¹
e-mail: lucianocuri@iftm.edu.br



Ana Lúcia Araújo BORGES²
e-mail: analuciaborges@iftm.edu.br



Wenceslau GONÇALVES NETO³
e-mail: wenceslau.neto@uniube.br



Jales André dos SANTOS⁴
e-mail: professorjalessantos@gmail.com

Como referenciar este artigo:

CURI, L. M.; BORGES, A. L. A.; GONÇALVES NETO, W.; SANTOS, J. A. Educação Profissional: ampla ou restrita? Eis a questão... **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 17, n. 00, e023066, 2024. e-ISSN: 1982-8632. DOI: <https://doi.org/10.26843/ae.v17i00.1418>



@mbienteeducação

| Submetido em: 07/10/2024
| Revisões requeridas em: 27/11/2024
| Aprovado em: 02/12/2024
| Publicado em: 18/12/2024

Editores: Profa. Dra. Margarete May Berkenbrock Rosito
Prof. Dr. Alexsandro do Nascimento Santos
Prof. Dr. Ecleide Cunico Furlanetto
Profa. Dra. Maria Conceição Passeggi

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Pós-doutor em História e Educação, é professor no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Câmpus Uberaba, e integra os programas ProfEPT e PPGPET.

² Doutora em Educação, é professora no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Câmpus Uberaba Parque Tecnológico, e integrante do programa ProfEPT.

³ Doutor em História, é professor nos Programas de Pós-Graduação em Educação da Uniube e da UFU, em Uberaba e Uberlândia (MG). Bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq e pela FAPEMIG.

⁴ Mestrando em Educação Tecnológica pelo PPGET-IFTM e professor da Rede Estadual de Minas Gerais.

RESUMO: O artigo aborda a diferenciação conceitual e histórica entre Ensino Superior e Ensino Técnico e suas ligações com a divisão do trabalho entre intelectual e manual, também conhecida como Dualidade Educacional ou Histórica. Objetivou-se evidenciar certos motivos históricos e sociais que levaram a essa diferenciação dual e algumas de suas consequências. Procurou-se também empreender uma análise crítico-educacional desta dualidade a partir da história do Ocidente. Trata-se de um estudo que teve como metodologia a pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa, objetivos exploratórios e descritivos e procedimentos bibliográficos e documentais. Concluiu-se que essa dualidade deve ser estudada de modo crítico, contextualizado e desnaturalizado. Por fim, salienta-se a importância desta abordagem crítica para a formação ético-cidadã para o mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Ensino Técnico. Ensino Superior. Trabalho Intelectual. Trabalho Manual.

RESUMEN: *El artículo aborda la diferenciación conceptual e histórica entre Educación Superior y Educación Técnica y sus vínculos con la división del trabajo entre intelectual y manual, también conocida como Dualidad Educativa o Histórica. El objetivo fue resaltar ciertas razones históricas y sociales que llevaron a esta doble diferenciación y algunas de sus consecuencias. También se intentó realizar un análisis crítico-educativo de esta dualidad a partir de la historia de Occidente. Se trata de un estudio cuya metodología fue la investigación básica, enfoque cualitativo, objetivos exploratorios y descriptivos y procedimientos bibliográficos y documentales. Se concluyó que esta dualidad debe ser estudiada críticamente, contextualizada y desnaturalizada. Finalmente, se destaca la importancia de este enfoque crítico de la formación ético-ciudadana para el mundo del trabajo.*

PALABRAS CLAVE: *Educación Profesional. Educación Técnica. Educación Superior. Trabajo intelectual. Trabajo manual.*

ABSTRACT: *The article addresses the conceptual and historical differentiation between Higher Education and Technical Education and its links with the division of labor between intellectual and manual, also known as Educational or Historical Duality. The aim was to highlight certain historical and social reasons that led to this dual differentiation and some of its consequences. An attempt was also made to undertake a critical educational analysis of this duality based on the history of the West. This is a study whose methodology was basic research, a qualitative approach, exploratory and descriptive objectives, and bibliographic and documentary procedures. It was concluded that this duality must be studied critically, contextualized, and denaturalized. Finally, the importance of this critical approach for ethical-citizen training for the world of work is highlighted.*

KEYWORDS: *Professional education. Technical education. University education. Intellectual Work. Handwork.*

Introdução

A Educação, tanto familiar, quanto escolar, continua se constituindo, na atualidade, um desafio social, político, econômico, cultural, psicológico e pedagógico no Brasil e no mundo. Ela sempre demanda muitos esforços e recursos para que ocorra de forma adequada e também se faz necessário, regularmente, repensar seus conceitos e práticas, para que possam ser revistos, melhorados e aperfeiçoados. Afinal, uma Educação de qualidade necessita do empenho de todos os envolvidos, educadores e educandos (Savater, 2012; Libâneo, 2006).

Portanto, a Educação é um fato humano que ocorre de maneira formal e informal em toda sociedade. A Educação é, entre outras, uma forma de inserir novos indivíduos e as novas gerações na cultura da sociedade.

Desse modo, ao longo da história, foram criados espaços sociais especificamente para educar as pessoas de maneira formal, sistemática e planejada. A Escola, entre outros, é um desses espaços. Portanto, Educação e Escola são termos próximos e interligados, mas guardam distinções (Savater, 2012; Libâneo, 2006).

Escolas existem desde a antiguidade, como no Egito, na Mesopotâmia e mesmo nas civilizações americanas, como os Astecas e Incas, que possuíam escolas com formatos, práticas e finalidades diferentes das atuais. Contudo, observa-se que a educação, como forma de socialização dos indivíduos, é anterior à criação das primeiras escolas, pois a inserção de novos indivíduos na cultura existente remonta à pré-história (Manacorda, 1992).

Portanto, a Educação, como fato humano, surgiu na pré-história junto com as primeiras sociedades, e desde o princípio esteve ligada à manutenção e inserção de novos indivíduos na cultura da comunidade. Portanto, a história da Educação é mais extensa e antiga que a história da escolarização (Hilsdorf, 2006; Postman, 2002).

Agora, quando o assunto é Educação escolar, ou escolarização, convém que façamos uma distinção fundamental entre Educação Básica e Educação Profissional. Afinal, no debate educacional a terminologia é sempre um aspecto digno de importância. Poderíamos, então, denominar de Escolarização Básica e Escolarização Profissional, ou então, de Ensino Básico ou Ensino Profissional. Esses últimos dois termos, inclusive, seriam mais precisos, pois a palavra “ensino” refere-se à realidade escolar, onde a “ensinagem” é praticada de modo formal, sistemático e metódico (Anastasiou; Alves, 2004). Importante observar que o termo ensino, inclusive, é utilizado em algumas circunstâncias, como Ensino Fundamental e Médio, por exemplo, e já foi usado também em outras épocas no Brasil (Curi, 2021g).

Contudo, uma advertência é importante. A distinção entre ensino ou escolarização e Educação não pode ser muito exacerbada. Muitos estudiosos advertem sobre o perigo que ronda este debate, pois, no passado, certas escolas começaram a ficar especializadas demais, restritas demais à tarefa do ensino e transmissão de conhecimentos, dizemos tecnicistas, centradas em excesso no ensino e começaram a esquecer-se da finalidade educacional que se espera de toda a Educação, inclusive, da escolar (Nosella, 2005). Ou seja, educar pessoas, formar futuros cidadãos e cidadãs (Savater, 2012). Embora o professorado sejam os profissionais do ensino, eles também devem ser educadores no sentido amplo que este termo comporta. Isto é, os professores devem ser também educadores e não apenas ensinantes profissionais (Nosella, 2005).

Retomando a distinção entre Educação Básica e Educação Profissional, entende-se que a primeira é destinada a todas as pessoas, sendo necessária e aplicável universalmente. Trata-se de um tipo de escolarização que não prepara os indivíduos para papéis específicos na sociedade, mas sim para uma vivência social ampla, para a vida, a cidadania, a continuidade dos estudos, entre outras necessidades. Enfim, a Educação Básica visa formar cidadãos e cidadãs para o Mundo da Vida (Savater, 2012; Libâneo, 2006).

Assim, à Educação Profissional destina-se à preparação para o Mundo do Trabalho, ou Mundos do Trabalho como preferem alguns, e tem o objetivo de preparar as pessoas para assumirem papéis específicos. Todas as formas, tipos, funções, espécies e relações de trabalho demandam conhecimentos gerais e específicos para serem realizados e demandam conhecimentos de Técnicas, Tecnologias e Ciências para serem executados (Albornoz, 2017). Além disso, o Trabalho é uma invenção humana e é parte constituinte da cultura e, portanto, precisa ser aprendido. Ele não é oriundo do mundo natural (Curi, 2023b).

Essa é a razão pela qual na maior parte do mundo, na atualidade, a Educação Básica é obrigatória e deve começar logo nos primeiros anos de vida. E, ao contrário, do que muitos imaginam, o objetivo da obrigatoriedade é duplo. Primeiro, para garantir o acesso de todas as pessoas a um mínimo de escolarização e formação. Segundo, para assegurar à sociedade sua continuidade e sobrevivência em bases seguras, pois novos membros, sem formação e despreparados, são um perigo para si próprios e para a coletividade (Savater, 2012).

Quanto à Educação Profissional, ela não é obrigatória, portanto, é, em tese, escolhida pelas pessoas e na maior parte dos países localiza-se após a Educação Básica. Ou seja, ela é eletiva ou facultativa. Diz-se, “em tese” porque a priori sabe-se que as opções para uma eventual escolha, nem sempre estão disponíveis para todos.

Como o Mundo do Trabalho é muito diversificado e amplo, existem pessoas que cursam apenas a Educação Básica e trabalham em funções que não exigem escolaridade específica, ou formação profissional especializada. Situação que não é incomum e que, a priori, não tem nada de desonroso. A honradez das pessoas reside na sua história e na sua postura ética (Rachels; Rachels, 2014). Neste contexto, não buscar a Educação Profissional pode ser uma opção ou falta de oportunidade. O primeiro caso é uma escolha que pode até ser condenável, o segundo é um gravíssimo sintoma de desajuste social e falta de oportunidades (Curi, 2021a).

Dessa forma, pode-se afirmar que a Educação Profissional, em certa medida, é composta por instituições escolares voltadas para a formação orientada ao Trabalho, ou para a dimensão do trabalho humano. Para cumprir seu papel social, essas instituições precisam atuar de maneira articulada e integrada com a Educação Básica. Ao longo deste artigo, discutiremos a divisão existente no interior da própria escolarização voltada para o Trabalho, conhecida como Dualidade Educacional ou Histórica, que se manifesta entre o Ensino Superior e o Ensino Técnico, perpetuando certas incompreensões e até preconceitos.

Portanto, Educação Básica e Educação Profissional não devem, e nem poderiam atuar de maneira desencontrada, uma ignorando a outra, pois devem ser complementares. O ideal seria que houvesse uma Educação Geral para o Trabalho ao longo de toda a Educação Básica, pois isso facilitaria a posterior escolha de uma profissão e uma compreensão mais ampla do Mundo do Trabalho e também diminuiria preconceitos e incompreensões quanto à diversidade das formas de Trabalho existentes na sociedade (Curi, 2021e; Curi; Rodrigues, 2021). Afinal, o Trabalho é parte constituinte da vivência humana desde a pré-história (Albornoz, 2017).

Na Educação Profissional, espera-se que certos conteúdos, discussões e reflexões típicas da Educação Básica sejam retomadas, quando necessário. Afinal, em tese, estudantes que concluíram a Educação Básica podem apresentar alguma deficiência de aprendizagem a ser suprida pela Educação Profissional (Curi, 2021g). Isso ocorre com certa frequência (Savater, 2012; Caires; Oliveira, 2016).

Portanto, neste primeiro momento, é fundamental destacar a diferenciação entre dois tipos escolares bem definidos: Educação Básica e Educação Profissional. Cada uma possui sua própria história (Hilsdorf, 2006; Caires; Oliveira, 2016). Tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, a escolarização comum a todos, denominada no Brasil como Educação Básica, conforme a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20/12/1996), geralmente é obrigatória. Essa modalidade tem como objetivo a inserção dos

novos indivíduos na sociedade, promovendo a formação para a cidadania ativa e plena, bem como uma formação crítica voltada à emancipação dos sujeitos.

Metodologia

O presente artigo resulta de um estudo que se caracteriza como uma pesquisa de natureza básica e de abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos trata-se de uma investigação exploratória e descritiva e que teve como procedimentos o bibliográfico e documental. Refere-se a uma pesquisa histórico-conceitual e para sua realização foi feita uma revisão bibliográfica de diversas publicações voltadas ao estudo da Educação Profissional.

Apesar da existência de inúmeras publicações predominam-se certas incompreensões, imprecisões e até confusões no debate sobre a Educação Profissional e sua relação com o Mundo do Trabalho. Por exemplo, certas desvalorizações do Trabalho manual e a dignidade de quem o exerce, ou a mentalidade que atribuiu ao Ensino Técnico um papel de formador de agentes meramente operacionais e tecnicistas, entre outros.

Assim, neste estudo, procurou-se repensar a Educação Profissional contextualizada tanto no Mundo do Trabalho, quanto na crítica a certos conteúdos e conceitos antigos que há muito balizam as interpretações desta escolaridade. Interpretações que se acredita ser necessário revê-las e repensá-las.

O que é Educação Profissional?

Como ensino profissional, em geral, póde ser considerado todo aquelle que habilita para o exercício de uma profissão. Nesta acepção lata as nossas Faculdades Jurídicas e Medicas, a nossa Escola Polytechnica, podem ser classificadas como estabelecimentos de ensino profissional.

Não é, porém, este o sentido em que aqui tomamos a expressão ensino profissional. Como tal, designamos o ensino que prepara para as carreiras laboriosas, para a vida do trabalho, para o commercio, a indústria e a agricultura. Para evitar confusões, preferimos e adoptamos como mais adequada, a expressão ensino tecnico. *sic* (Souza Filho, 1887, p. 44).⁵

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Brasil. Lei nº 11.741 de 16/07/2008).

⁵ Ou autores consultaram diretamente o autor no original de 1887 e optaram por manter a grafia de época.

Examinada de forma apressada, a expressão Educação Profissional pode induzir ao engano. Educação para quê? Se consultarmos no dicionário, a palavra “Profissional” refere-se a profissões. Profissional também pode ser o oposto de amador, ou seja, aquele que exerce seu trabalho com conhecimento, destreza, presteza, competência, zelo e ética. O Dicionário Online Priberam diz:

Profissional: 1. Que se relaciona com uma dada profissão (ex.: sindicato profissional, ensino profissional); 2. Pessoa que faz uma coisa por ofício (ex.: profissionais do futebol – diferente de amador); 3. Que ou quem revela profissionalismo – diferente de antiprofissional. (Priberam - Dicionário Online, 2008 – 2021).

Enfim, estamos nos referindo ao Mundo do Trabalho. Na Sociologia do Trabalho e das Profissões, por exemplo, diferenciam-se, não sem divergências entre os autores, três tipos de trabalho: ocupação, ofício e profissão (Machado, 1995; Brasil/MTE, 2002, Barbosa, 1993). Essas categorias são geralmente apresentadas de forma hierarquizada, com as profissões no topo, seguidas pelos ofícios e, por último, pelas ocupações⁶. Essa divisão tem origens históricas e reflete distinções e até alguns preconceitos que existem há séculos no Ocidente (Rugiu, 1998; Martins, 2008; Paula, 1966.). A diversidade e a extensão do Mundo do Trabalho são consideráveis, incluindo certos ofícios que resistiram à industrialização, a qual se tornou hegemônica a partir do final do século XVIII, com a chamada Primeira Revolução Industrial Inglesa (Barone; Aprile, 2019).

Portanto, para uma melhor compreensão do que é Educação Profissional, é preciso deixar de lado o significado restrito das palavras, sua etimologia, e avançar rumo a uma contextualização mais ampla, recorrer à história, para evitar a repetição de determinados conceitos de maneira acrítica.

O próprio autor brasileiro Tarquínio de Souza Filho (1829 – 1894⁷), anteriormente citado, foi um intelectual, advogado, professor universitário e também da Educação Profissional no final do século XIX.

⁶ Veja por exemplo no Brasil a CBO – classificação brasileira de ocupações (Brasil/MTE, 2002).

⁷ Tarquínio de Souza Filho (1859-1908), nascido em Recife/PE e falecido no Rio de Janeiro/RJ, foi autor de O ensino técnico no Brasil (1887). Filho de um deputado geral pela Província do Rio Grande do Norte e professor de direito da Faculdade de Direito de Recife, formou-se também em Direito pela mesma instituição. Foi promotor público em Alagoas e, após mudar-se para o Rio de Janeiro, foi advogado e, a partir de 1887, professor na Escola Naval e no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Posteriormente também ensinou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. (Silva, 2019, p. 11).

Na citação que abre esta seção do texto, percebe-se a amplitude da expressão “Ensino Profissional”, quando Tarquinio diz: “póde ser considerado todo aquelle que habilita para o exercício de uma profissão” (*sic*). Ele explica que, numa “acepção lata”, estariam incluídos até mesmo os cursos de Ensino Superior, referindo-se às faculdades brasileiras existentes na época.

No entanto, logo a seguir, ele adverte o leitor das “impropriedades” desta compreensão lata ou ampla do Ensino Profissional e reposiciona o significado da expressão, quando ressalta: “Como tal [Ensino Profissional], designamos o ensino que prepara para as carreiras laboriosas, para a vida do trabalho, para o commercio, a indústria e a agricultura” (*sic*).

Ora, sabe-se que a expressão “classes laboriosas” refere-se ao Trabalho manual ou concreto, em oposição ao Trabalho intelectual ou abstrato (Castro, 2008; Paraizo, 2019, Silva, 2014). A palavra laboriosa utilizada por Tarquinio é significativa, pois provem de labor, tarefa árdua e demorada, originário do latim “lavoro”.

Todos aqueles que o apreciam, que acreditam que ele enobrece o homem, que é parte fundamental da vida, pois afinal, todos precisam mesmo trabalhar, concebem seus primórdios semânticos da palavra latina “lavoro”, donde trabalhar, classes laboriosas, etc (Bonzatto, 2011, p.1).

Na cidade de São Paulo, por exemplo, desde 1891 existe a *Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas*, que foi originalmente formada por operários pobres, geralmente imigrantes, para prestar auxílio para aqueles que “labutavam” e “penavam” nos afazeres do Trabalho manual.

O Brasil herdou os estigmas do clássico embate e, sobretudo pelo longo período de escravidão, cristalizou uma cultura que nobilitava as profissões liberais e aviltava as laboriosas. (...) A criação de escolas técnicas era objeto máximo de interesse social, uma vez que educaria as classes laboriosas e, concomitantemente, engrandeceria as carreiras profissionais. Sabe-se que, dentre as muitas consequências, a escravidão no Brasil imprimiu forte abjeção ao trabalho (Silva, 2014, pp. 7/10).

Remontando no tempo, observa-se que F. Engels havia descrito, em 1845, a situação das classes laboriosas na Inglaterra em termos que mostravam a dureza da existência, e que S. Freud, em seu ensaio sobre o mal-estar na cultura ou na civilização, mostrou uma situação que se aproxima do sofrimento social (Renault, 2008, p. 98).

Contudo, ao final da citação, Tarquinio de Souza conclui afirmando que, para evitar confusões, ou seja, para que ninguém reúna sob a mesma categoria o Ensino Superior e o Ensino

para as Classes Laboriosas, também chamado de Ensino Profissional, ele prefere denominar este último como Ensino Técnico.

Essa citação não poderia ser mais adequada, esclarecedora e exemplificativa do preconceito que envolve o trabalho manual e sua respectiva formação no âmbito escolar. Sabe-se que Tarquinio representava um pensamento progressista para sua época, buscando dignificar e evidenciar a importância econômica do trabalho manual e sua formação escolar. Entretanto, não ao ponto de defender a unificação de toda a categoria do trabalho humano, intelectual e manual, e, conseqüentemente, de suas respectivas formas escolares: Ensino Superior e Educação Profissional.

Em dois parágrafos, ele aponta que o Ensino Profissional se destina às “classes laboriosas” e que integrá-lo ao Ensino Superior seria fonte de “confusões” indesejáveis, embora não especifique quais seriam essas inconveniências. Por fim, reconhece que uma utilização ampla (“lata”) para a expressão Ensino Profissional não é apropriada. Não obstante, como procuramos demonstrar, se existe uma concepção ampla para Educação Profissional, por extensão, existe também uma restrita. Ou seja, Tarquinio adota a concepção restrita da expressão Educação Profissional, limitando-a ao trabalho manual das “classes laboriosas”.

Porém, enganam-se aqueles que acreditam que o pensamento de Tarquinio ficou no passado. Prova disto, é a segunda citação desta seção, que se refere à lei federal n.º 11.741 de 2008, que alterou a LDB atual e complementou a criação dos Institutos Federais. Nela também se define a Educação Profissional e Tecnológica em termos muito próximos aos de Tarquinio. A lei diz que compõem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) os seguintes cursos: 1) os cursos de curta duração e que nem sempre exigem escolaridade prévia, chamados de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional; 2) os cursos técnicos de Nível Médio; 3) os cursos superiores chamados Tecnólogos e aqueles de pós-graduação voltados a área aplicada.

Nada contra esses cursos, muito pelo contrário. No entanto, observem que os tradicionais cursos de bacharelado estão ausentes (Medicina, Direito, Teologia, entre outros). O paralelo e a semelhança com Tarquinio em 1887 são explícitos e evidenciam que, transcorrido mais de um século, pouco se alterou nessa área conceitual e educacional.

Assim é possível perceber que Educação Profissional refere-se à Escolarização para o Trabalho, tanto etimologicamente, quanto historicamente. O Trabalho, por sua vez, é uma realidade presente na sociedade de modo geral, a chamada centralidade do Trabalho (Albornoz, 2017; Curi, 2022a). Contudo, o fato de o Trabalho humano ser praticamente onipresente na

sociedade, foi fator insuficiente para impedir que certas variedades desta categoria não fossem historicamente discriminadas.

As únicas “artes” dignas de verdadeira estima são efetivamente as *artes liberales*, que a Idade Média herdou da antiga paideia helênica e helenística (*quadrivium* platônico, mas sobretudo *trivium* de dominante lógico-gramatical). “Técnicas”, seguramente, mas que não visam senão a finalidades desinteressadas, que, de algum modo, agem diretamente na matéria e que não exigem nenhum aprendizado manual; técnicas sobretudo – e eis sua única justificação contra as suspeitas da “antidialética” – que permanecem subordinadas à teologia (Gandillac, 1995, p. 27).

Importante lembrar que as primeiras formas de Trabalho surgiram na pré-história e são, inclusive, anteriores ao surgimento do capitalismo (Wood, 2001). Sem o Trabalho a sociedade que hoje conhecemos não existiria, não seria possível. Nós dependemos do Trabalho uns dos outros, pois “os homens apropriaram-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações” (Saviani, 2006, p. 154). Dito de outra forma, vivemos numa sociedade que é produto da cultura e não da natureza (Rachels; Rachels, 2014).

Portanto, o Trabalho é uma dimensão da realidade humana em sociedade que se encontra generalizada, e que se convencionou chamar de Mundo do Trabalho, que corresponde ao local onde estão todos os que trabalham, mais ou menos prestigiados e valorizados, e independente de sua caracterização. Enfim, o Mundo do Trabalho não se restringe apenas ao universo das profissões como Medicina, Direito ou Teologia que exigem formação universitária. Essas possuem mais prestígio e tendem a dominar o debate, mas não são a totalidade do Mundo do Trabalho, que não se restringe ao Trabalho intelectual e inclui o Trabalho manual.

[...] homo sapiens é, desde o início e para todo o sempre, um *homo artifex*, e a inteligência, que assegura sua soberania, é inseparável de sua engenhosidade técnica (Gandillac, 1995, p.26).

(...) solução que racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultural geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (técnica, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (Gramsci, 1995, p. 118).

Desse modo, a assertiva que diz: “Quando penso em Educação Profissional, lembro-me do Ensino Técnico e não da Universidade” infelizmente faz sentido, pois essa concepção predominou ao longo da história ocidental e brasileira. Esse termo foi utilizado, por exemplo,

no passado brasileiro, para referir-se às Escolas Técnicas e suas derivações históricas e institucionais (Curi, 2021a). Alguns países, até hoje, utilizam “Formação Profissional” para designar o universo das Escolas Técnicas, seus estudantes e cursos. A própria legislação brasileira atual ainda carrega parte desse ranço, conforme apontam Caires e Oliveira ao analisarem a atual LDB.

(...) a Educação Profissional ficou limitada ao Capítulo III do Título V, em, apenas, quatro artigos, sendo considerada como uma modalidade de educação, que foi apresentada de forma separada dos níveis de ensino ofertados pela educação brasileira. Evidencia-se que esse documento normativo privilegiou a articulação e não a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, conforme ocorria, anteriormente (Caires; Oliveira, 2016, p.108).

Assim, ao longo da história brasileira e ocidental surgiram dois modelos escolares na área da formação para o Trabalho, sendo um direcionado para o Trabalho manual, chamado de Ensino Profissional ou Educação Profissional, e outro para o Trabalho intelectual, chamado de Ensino Superior. Escolas Técnicas e Universidades, respectivamente. Inúmeros teóricos a partir do trabalho pioneiro de Roger Establet e Christian Baudelot (Baudelot; Establet, 1971) chamam essa divisão de Dualismo Escolar ou Dualismo Histórico, ou seja, uma escolarização para pobres (Educação Profissional) e outra para os ricos (Ensino Superior). Divisão, infelizmente, antiga, persistente, nem sempre explicitada e observada de forma crítica por todos os educadores.

Por fim, aqui uma advertência é necessária. Utilizar a expressão Educação Profissional para referir-se apenas a uma parte da formação para o Trabalho é uma postura que tem sua história, foi costumeira, mas guarda inegavelmente seus preconceitos e imprecisões.

Contudo, para o historiador da Educação Profissional, por exemplo, ele deve atentar-se para o fato de que esta expressão significava no período analisado no passado, para evitar anacronismos e ser impreciso historicamente (Gonçalves, 2022). No passado, não se utilizava Educação Profissional no sentido amplo (lato), mas sempre de forma restrita (estrito). (Curi, 2021b). Isso também não quer dizer que novas configurações possam vir a existir, afinal, como bem percebeu Tarquinio, a expressão Educação Profissional tem potencialidade para abarcar toda escolarização destinada a todo Mundo do Trabalho. Assim, como Tarquinio, diversas pessoas no passado não concebiam que Ensino Técnico e Ensino Superior são tipos escolares que formam para o Trabalho, e que podem ser reunidos numa mesma categoria. É preciso avisar os leitores. Afinal, os conceitos têm, cada um, sua própria história.

Corporações de Ofícios, Universidades e Escolas Técnicas

A divisão da escolarização para o Trabalho no Ocidente remonta à Baixa Idade Média europeia, séculos XIII a XV, época do surgimento das Universidades e das Corporações de Ofícios. Alguns autores situam a origem das corporações no mundo antigo, na Roma Antiga, mas é preciso esclarecer que essa interpretação, em específico, guarda fortes controvérsias (Rugiu, 1998; Martins, 2008; Paula, 1966).

As universidades formavam os doutores e as corporações, os mestres e oficiais, estes últimos, também chamados de companheiros. Os três primeiros cursos universitários que surgiram foram o de Teologia, Direito e Medicina. Nas corporações, os aprendizes que eram admitidos e aprendiam um ofício tornavam-se, primeiro, oficiais. Depois disso, após concluída a formação e conseguirem realizar sozinhos sua primeira produção, a obra-prima, tornavam-se “mestres de ofício”. A ideia de ocupação foi acrescentada mais tarde como o trabalho semiqualficado ou “desqualificado”, sem ofício, pessoas que tinham apenas uma ocupação para “ganhar a vida” (Curi, 2021a; Barbosa, 1993; Machado, 1995).

Dito isto, um outro esclarecimento, ainda muito pertinente, se faz necessário. Alguns aqui poderiam argumentar que as Corporações de Ofícios não eram escolas, e sim uma instituição social híbrida, que conjugava num só espaço físico a produção de mercadorias e a formação de novos aprendizes, o chamado Artesanato. Isto está correto, mas altera pouco o debate aqui proposto (Rugiu, 1998; Curi, 2021a).

O mestre das Corporações era responsável pela oficina e tinha que cuidar da produção e também ensinar, mas a aprendizagem ocorria diretamente no Trabalho e não era escolarizada (Martins, 2008). Isso é verdadeiro. A formação para o Mundo do Trabalho nunca foi inteiramente escolar, nem no Brasil, nem mundo afora, nem na atualidade. Até hoje, vários estudiosos classificam como Educação Profissional modalidades de formação que ocorrem em empresas e sindicatos, universidades corporativas, entre outros (Curi, 2021a; Manfredi, 2002).

Assim, pergunta-se: O subitem “O que é Educação Profissional?” deste texto deveria ter outro nome? Deveria intitular-se: O que é Escolarização Profissional ou Escolarização para o Trabalho? A resposta é complexa e novamente tem razões históricas. As Universidades no Ocidente surgiram a partir do século XI e foram espaços de elite para formação inicialmente de Teólogos, Médicos e Advogados, as chamadas Artes Liberais, que correspondiam ao Trabalho intelectual.

As Corporações de Ofícios surgiram, ao que tudo indica, na mesma época e foram espaços populares para a formação de artesãos de marcenaria, carpintaria, vidraceiros, ourives, entre outros, as chamadas Artes Mecânicas, que se referiam ao trabalho manual (Rugiu, 1998; Martins, 2008; Paula, 1966).

Bem mais tarde, a partir do século XVII, as Corporações começaram a ser substituídas pelas primeiras Escolas Técnicas (Silva, 2022). No entanto, os dois ramos escolares, Universidades e Escolas Técnicas, caminharam separados durante séculos e, até o século XIX, inclusive, conviveram com as Corporações. No Brasil, por exemplo, as Corporações foram extintas em 1824 com a outorga de nossa primeira Constituição, após a independência. Mesmo assim, sabe-se que a determinação constitucional não foi imediatamente cumprida (Martins, 2008). Deste modo, as Escolas Técnicas foram as sucessoras históricas das Corporações de Ofícios (Martins, 2008, Silva, 2022).

Portanto, durante séculos, instituições escolares diferentes, Escolas Técnicas e Universidades, voltadas para classes e tipos de trabalho diferentes, coexistiram sem ligações. Era o chamado Dualismo Educacional ou Histórico (Baudelot; Establet, 1971; Curi, 2021a). Assim, a escolarização para o trabalho surgiu dividida, e apenas no século XX as duas admitiram convergências, mesmo assim com muitas resistências, dificuldades e protestos.

Educação Profissional: ampla ou restrita? Eis a questão...

A intenção de que a expressão Educação Profissional contemple toda a escolarização para o Trabalho ainda encontra dificuldades para ser compreendida, conforme mencionado. O tema gera muitas incompreensões.

Nesta perspectiva, alguns poderiam perguntar: qual a necessidade disso? A resposta advém da sociedade e do Mundo do Trabalho. Todas as formas de Trabalho que são úteis e desejáveis à sociedade merecem nossa consideração e respeito. Se o Trabalho manual fosse desnecessário, ele já teria desaparecido. A formação de técnicos é tão importante quanto a de universitários. A história humana registra inúmeras profissões, ofícios e ocupações que desapareceram e outras novas que surgiram, e nesse contexto o Trabalho continua como categoria central. A escolarização não deveria referendar e ampliar comportamentos sociais fundados em preconceitos antigos, raramente notados e criticados (Albornoz, 2017; Bonzatto, 2011; Garcia, 2000; Martins, 2000; Curi, 2021a).

Voltando a outro ponto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, por exemplo, verifica-se esta situação. Ela divide a Educação Brasileira em duas grandes etapas: Educação Básica e Educação Superior (Brasil, Lei n.º 9.394 de 20/12/1996 – Artigo 21). A primeira é a escolarização à qual todos os cidadãos e cidadãs devem ter acesso: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Ou seja, a Educação Básica referida no início deste texto.

A segunda já é formação para o trabalho, no caso, de profissionais de Educação Superior. Quanto aos cursos técnicos, que também são destinados à formação para o trabalho, localizam-se em alguns casos na LDB inseridos na Educação Básica ou então são apresentados como uma modalidade que se articula com outras modalidades e etapas escolares. Sem contar os cursos Técnicos Subsequentes, ou Pós-Médio, que ficam “deslocados”, numa localização intermediária, afinal são considerados de nível médio, após a Educação Básica e antes do Superior (Curi; Rodrigues, 2021).

Dividir a escolarização brasileira em Básica e Superior tem seus inconvenientes e recebe críticas, especialmente conceituais. Inclusive, o nome “Superior”, que remonta à época dos Jesuítas e seus “Estudos Maiores e Menores”, de certa forma, humilha e inferioriza o restante da escolarização. Afinal, se uma forma escolar é chamada de “Superior”, as demais seriam então o quê? “Inferior”. O mais adequado seria: Educação Básica e Educação Profissional (e não Básica e Superior) (Curi, 2021a).

Entendemos que a escolarização para o trabalho deveria ser unificada sob um único nome, Educação Profissional, e não deveriam ser reproduzidos no interior da escolarização preconceitos advindos da sociedade. Quais preconceitos? Discriminação com o trabalho manual em prol do trabalho intelectual.

Deveríamos entender a Educação Profissional no sentido amplo e não restrito. Assim, percebe-se que a escolarização acaba reproduzindo as divisões existentes na sociedade. Se deveria ser assim, é outra questão. Se devemos referendar e promover tal legado do passado, é outra história. Acreditamos que não. O mais indicado e coerente é entendermos e praticarmos a Educação Profissional como um todo: formação para todo o mundo do trabalho e não apenas para parte dele. Certamente, uma ampliação saudável e benfazeja. Desta forma, propomos uma Educação Profissional no sentido amplo e não restrito, capaz de formar trabalhadores ativos e autônomos e não, simplesmente, “técnicos especializados” (Saviani, 2006).

Na prática, essa mudança já começou. Tanto no Brasil quanto em outros países, existem instituições escolares, como os Institutos Federais e os Centros Federais de Educação

Tecnológica (Cefets), que ofertam o catálogo completo de formação para o trabalho: cursos técnicos, tecnólogos, superiores, pós-graduação, mestrados e doutorados (acadêmicos e profissionais), além de cursos de qualificação e outros semelhantes de menor duração (Pacheco, 2011). É um começo que precisa ser ampliado e impulsionado, e, para isso, espera-se que os profissionais dessas instituições brasileiras citadas não reproduzam acriticamente diferenciações milenares alicerçadas em preconceitos injustificados contra formas de trabalho socialmente necessárias e dignas de apreço (Garcia, 2000; Martins, 2000).

Educação Profissional, mercado e Educação Integral

Outro ponto importante que precisa ser examinado criticamente é a ideia corrente de que a Educação Superior deve formar profissionais autônomos e cidadãos plenos, enquanto a Educação Profissional deve limitar-se a atender às demandas de mercado, muitas vezes alicerçadas na chamada Teoria do Capital Humano, surgida no século XX.

Em meio à conjuntura atual, marcada pela presença de novo simbolismo cultural, no qual a palavra central passa a ser a competitividade, a educação escolar, que deveria ser um instrumento de construção de relações mais solidárias entre as pessoas, passa a ser vista apenas como um instrumental de formação dos indivíduos para disputarem uma posição no mercado de trabalho (Oliveira, 2001, p. 26).

Se, no século XIX e mesmo no início do século XX, no Brasil, prevalecia a ideia de que a Educação Profissional se destinava aos “desvalidos da sorte”, a partir da Segunda Guerra Mundial, gradualmente se impôs a ideia de que esta deveria orientar-se para suprir as carências de mercado (Oliveira, 2001; Curi, 2022b).

Isto é, novamente, os estudantes da escolarização da Educação Profissional, em sentido restrito, se veem alijados da oportunidade de receberem uma Educação Integral, que ofereça uma formação plena, incluindo o Trabalho e o preparo para o mercado, mas não restrito a essa última dimensão (Curi, 2021f).

Todas as instituições de Educação Profissional, no sentido amplo do termo, deveriam atender-se para o Mundo do Trabalho e não apenas para o mercado de trabalho, como querem alguns. As duas expressões não significam a mesma coisa. O Mundo do Trabalho é mais amplo e inclui todas as formas de Trabalho úteis à sociedade, mesmo que não sejam remuneradas ou socialmente valorizadas e comercializáveis (Curi, 2021f; Curi, 2023a).

Educação Profissional: ampla ou restrita? Eis a questão. Resposta: ampla. Precisamos retirar da linguagem atual os ranços do passado rumo a uma Educação Profissional Transformada. Educação Profissional com “Vistas longas” e não “Vistas curtas”, sob pena de servir apenas ao mercado de trabalho e ignorar a humanidade dos estudantes. Educar para o Trabalho não pode limitar-se nem excluir a preparação para o mercado de trabalho (Curi, 2021b).

Afinal, toda a Educação digna desse nome deve também desenvolver outras dimensões das pessoas, que são cidadãos, futuros pais, mães e terão outros papéis ao longo de suas existências, no Mundo da Vida. Nunca devemos esquecer que educar é um ato humano cujo destinatário são outros seres humanos, cujo objetivo é a construção do “homem omnilateral” (Postman, 2002; Savater, 2012).

O homem omnilateral não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades - as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre (Sousa Junior, 2008, p. 286).

Contudo, todo esse debate não é apenas para acertar, adequar e precisar a terminologia. Ele também objetiva evidenciar que esses dois tipos escolares, Técnico e Universitário, carregaram historicamente distinções sociais e econômicas, ou seja, representavam classes e interesses políticos e econômicos diversos, o dualismo mencionado. E que a superação destas dicotomias sociais é tarefa desafiadora e necessária (Baudelot; Establet, 1971; Curi, 2021a).

Tomara que consigamos aprender com a história dos gregos que desenvolveram a Paideia, primeira concepção histórica da Educação Integral, e conheceram o fim de sua civilização por inúmeros motivos, um deles o elitismo, o aristocratismo, que não lhes permitiram aplicar a Paideia para Todos e Todas, seus cidadãos e cidadãs (Curi, 2021d).

Considerações finais

Neste artigo, a reflexão tratada é aplicável a toda Educação, mas neste caso específico, o foco principal é a Educação Profissional. Costumeiramente, considera-se a Educação Profissional e a Educação Superior como formas escolares diferentes, embora as duas igualmente formem para o Trabalho, formem novos profissionais ou promovam o

aperfeiçoamento e especialização dos profissionais já atuantes na sociedade. Não podemos mais continuar reproduzindo acriticamente a ideia de que apenas a formação universitária é apropriada e a técnica é simplificada ou um gênero menor. Fosse alguma delas despropositada e inútil à sociedade, certamente teria historicamente desaparecido.

Tais formações possuem características escolares distintas que se ligam a demandas igualmente diferentes. O fato de historicamente atribuímos denominações e escolas diferentes para cada uma dessas formações, técnicas e universitárias, é uma comprovação da discriminação social e da chamada dualidade histórica ou educacional. Ademais, a comparação entre Ensino Técnico e Superior nestes termos tem suas inconsistências, afinal, são etapas escolares diferentes para públicos distintos.

Por isso, ecoando preconceitos há muito tempo existentes, chama-se o ramo escolar técnico de Educação Profissional e o universitário de Educação Superior. Trata-se de nomes que carregam suas impropriedades e, quando analisados, revelam uma história de discriminação. Tanto as Escolas Técnicas quanto as Universidades formam profissionais, portanto, conceitualmente, trata-se de Educação Profissional no sentido amplo, dito lato.

Essa desvalorização do Ensino Técnico frente ao Ensino Universitário é uma armadilha idealista ou conceitual que nos impede de conciliar, unificar e alavancar a Educação Profissional por inteiro, como categoria única. É preciso ter clareza dessa situação para superarmos o impasse e deixarmos de encarar a formação técnica e as instituições escolares que a ofertam com desdém, ou como uma espécie de mini-universidade, ou aspirantes à universidade. Precisamos pensar, articular e lutar por uma outra história da Educação Profissional, uma história ampla (Curi, 2021c).

Também não ignoramos que a Educação Profissional contém em seu interior diversos formatos e modalidades; aliás, a Educação Básica e a Universitária também não são homogêneas. Assim, cada modalidade existente na Educação Profissional, cursos de qualificação, técnicos, pode ter, e deve lutar, para ter sua história conhecida e analisada.

Contudo, não podemos mais admitir a falta de reconhecimento social e sonegar o entendimento de que muitas dessas variações estão dentro do mesmo tipo de escolarização para o Trabalho, chamada Educação Profissional; aquela que forma profissionais no sentido amplo deste termo.

Uma das formas de superação deste impasse é rever o passado e seus legados que chegaram até nós. Precisamos de uma História da Educação Profissional escrita no sentido amplo, que reveja conceitos e não reproduza mais os preconceitos; uma nova História. Que

revele ao presente e ao futuro as mazelas do passado, que foram fontes de grandes injustiças e contra as quais cada um deve colaborar para a superação. A dignidade humana não pode ser relacionada ao tipo de escola que cada pessoa frequentou ou teve acesso (Curi, 2021c).

Precisamos rever essa dualidade de modo crítico, contextualizado e desnaturalizado, como produto histórico de uma injustiça social. E, para evidenciar essas mazelas históricas, será necessário lutarmos e construirmos uma outra história da Educação Profissional, que seja ampla e não restrita, e que reveja conceitos e preconceitos (Curi, 2021c).

A escolarização deve ser um meio de promoção humana e não uma marca discriminatória e empecilho ao desenvolvimento dos indivíduos. Precisamos de uma História da Educação Profissional sem preconceitos com o trabalho manual, sem reforçar uma história que foi vivida sob o signo da dualidade. Uma escolarização que possibilite uma formação ético-cidadã para o mundo do trabalho.

Enfim, uma Educação Profissional que seja complemento e extensão da Educação Básica e que priorize os estudantes e não se restrinja à formação para o atendimento dos interesses de mercado. Que entenda que não deve atender a uma ou outra demanda, estudantes ou mercado, mas construir cursos que atendam todas as demandas. Isso aplica-se tanto ao Ensino Técnico quanto ao Superior. Afinal, ambos podem ser constrangidos e moldados pelos interesses de mercado e terminar se restringindo a suas necessidades, desconsiderando uma Educação Integral como direito de todos e todas. Uma Educação Profissional no sentido amplo, também no campo das finalidades a que se destina: preparar para a Vida e para a Cidadania (Mundo da Vida), para o Trabalho (Mundo do Trabalho) e para a Continuidade dos Estudos (Mundo Escolar e Acadêmico).

Portanto, é importante reconhecer sem rodeios e ilusões que aquilo que estamos fazendo pela Educação, na atualidade no Brasil, é insuficiente. Sociedade, Estado, Educadores, entre outros, devem procurar mudar, o mais rápido possível, essa mentalidade que tem nos apresentado com muitos dissabores.

O que está em pauta é o direito à Educação Integral para Todos e Todas. A ideia grega de apenas alguns dos cidadãos terem acesso a uma Educação completa, dita *paideia*, e os demais a uma formação direta no Trabalho, dita *douleia (banausia)*, não cabe mais nos tempos atuais.

É um modelo aristocrático de vida e pensamento. Certamente, também não é melhor para a sociedade que ficará refém de uns poucos educados, ao invés de dispor de todos os seus membros capazes de buscarem o melhor para si e para a sociedade (Salis, 2016).

Enfim, uma formação integral, também chamada de Educação Tecnológica na Educação Profissional, é desejável e necessária que seja estendida a Todos e Todas. Dito de outro modo, “Paideia para Todos” (Curi, 2021d).

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate Alves (org.). **Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville: Editora Univille, 2004.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 36, n. 3-30, 1993.

BARONE, Rosa Elisa Mirra; APRILE, Maria Rita. **Ofícios e Saberes: Permanências, Mudanças e Rupturas no Mundo do Trabalho**. Curitiba: Editora Appris, 2019

BONZATTO, Eduardo Antonio. *Tripalium*: O trabalho como maldição, como crime e como punição. [S. l.]: Letras, 2011. v. 270.

BRASIL. **Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm#:~:text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n,da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20e%20tecnol%C3%B3gica. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL/MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: 10 setembro de 2023.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CASTRO, Ramon Peña. Trabalho Abstrato e Trabalho Concreto. *In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 404 – 408.

CURI, Luciano Marcos. O que é Educação Profissional? **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 18, n. 930, p. 02, 19 mar. 2021a.

CURI, Luciano Marcos. Educação Profissional: ampla ou restrita? Eis a questão... **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 18, nº 932, p. 02, 02 abr.2021b.

CURI, Luciano Marcos. Por uma outra história da Educação Profissional: revendo conceitos e preconceitos. **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 18, nº 940, p. 02, 28 maio2021c.

CURI, Luciano Marcos. Paideia para Todos: inclusive para a Educação Profissional. **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 18, nº 951, p. 02, 13 ago. 2021d.

CURI, Luciano Marcos. O estudo do Trabalho na Educação Básica: uma demanda urgente. **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 19, nº 952, p. 02, 20 ago. 2021e.

CURI, Luciano Marcos. Mundo do Trabalho e mercado de trabalho: diferenças e semelhanças. **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 19, nº 957, p. 02, 24 set. 2021f.

CURI, Luciano Marcos. Educação Básica, Educação Profissional e Ensino Propedêutico: diferenças e semelhanças. **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 19, n. 969, p. 02, 2021g.

CURI, Luciano Marcos. Intérpretes do Trabalho **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 19, n. 992, p. 02, 2022a.

CURI, Luciano Marcos. In: Educação Profissional e os interesses de mercado: compatibilidades, incompatibilidades e ilusões. **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 20, n. 1000, p. 02, 2022b.

CURI, Luciano Marcos. A centralidade dos estudantes na Educação Profissional. **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 20, n. 1029, p. 02, 2023a.

CURI, Luciano Marcos. Trabalho: um conceito antropológico. **Jornal InterAção**, Araxá, MG, ano 20, n. 1057, p. 02, 2023b.

CURI, Luciano Marcos; RODRIGUES, Flávia Cristina Zanquetta. Orientação Profissional para a Educação Profissional Técnica: um direito estudantil. *In*: NEDEL, Victor Hugo; CASTILHO, Rosane Oliveira (org.). **Juventudes brasileiras**: questões contemporâneas. Paranaíba: Acadêmica Editorial, 2021. p. 289-307.

DICIONÁRIO - PRIBERAM. 2008 – 2021. Disponível em <http://www.priberam.pt/DLPO/>. Acesso em: 10 set. 2019.

ESTABLET, Roger; BAUDELLOT, Christian. **L'École capitaliste em France**. Paris: Maspéro, 1971.

GANDILLAC, Maurice de. **Gêneses da modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. "O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil". *In*: **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000. v. 2, p. 01-18.

GONÇALVES, Bruno Os sentidos do anacronismo. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 15, n. 38, p. 285–314, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

MACHADO, Maria Helena. Sociologia das profissões: uma contribuição ao debate teórico. *In: MACHADO, Maria Helena (org). Profissões de saúde: uma abordagem sociológica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. p. 13-33.

MANACORDA, Maria Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MARTINS, Mônica de Souza N. **Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real (1808 – 1824)**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

MARTINS, Sérgio Pinto. Breve histórico a respeito do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 95, p. 167-176, 2000.

NOSELLA, Paolo. A formação do educador e do professor: esboço histórico. *In: JARDILINO, José Rubens Lima; NOSELLA, Paolo. Os professores não erram: ensaios de história e teoria sobre a profissão de mestre*. São Paulo: Edições Pulsar, 2005.

OLIVEIRA, Ramon de. A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira. *In: Boletim Técnico Do Senac*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PARAIZO, Lais Ceroni. **Requalificação do edifício da antiga sede da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas**. São Paulo: Mackenzie, 2019.

PAULA, Eurípedes Simões de. As Origens das Corporações de Ofício: as Corporações em Roma. *In: SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA*, 3., 1996, Franca. **Anais [...]**. Franca, SP: [s. n.], 1966, p. 33 a 103.

POSTMAN, Neil. **O Fim da Educação; redefinindo o valor da Escola**. Rio de Janeiro: Editora Graphia, 2002.

RACHELS, James; RACHELS, Stuart. **A coisa certa a fazer**. Porto Alegre: Editora AMGH/Penso, 2014.

RENAULT, Emmanuel. Sofrimentos sociais (Resenha). **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 97-99, 2008.

RUGIU, Antonio Santoni. **Nostalgia do Mestre Artesão**. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

SALIS, Viktor David. Ensaio de uma epistemologia do ócio. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, [S. l.], n. 02, p. 30-38, 2016.

SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. São Paulo: Editora Planeta, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. *In*: REUNIÃO DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG: [s. n.], 2006.

SILVA, Fábila Núbia Moura. **“Entre o Trabalho e a Pobreza”**: Jean Baptiste de La Salle e August Hermann Francke e o início da Educação Profissional. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2022.

SILVA, Juan Carlo da Cruz; NETA, Olivia Morais de Medeiros. História do ensino industrial no Brasil: uma análise historiográfica da obra de Celso Suckow da Fonseca. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S. l.], v. 19, 2019.

SILVA, Maxwel Ferreira da. “Vivendo no século do trabalho e da indústria [...]”: Tarquinio de Souza Filho e o discurso nobilitante das artes mecânicas no Brasil no final do século XIX. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 14., 2014. **Anais [...]**. Belo Horizonte: SBHC, 2014.

SOUZA FILHO, Tarquinio. **O ensino técnico no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

SOUSA JUNIOR, Justino. Omnilateralidade. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 284-292.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Não aplicável.
 - Financiamento:** Não aplicável.
 - Conflitos de interesse:** Não aplicável.
 - Aprovação ética:** Não aplicável.
 - Disponibilidade de dados e material:** Todas as referências estão publicadas.
 - Contribuições dos autores:** O primeiro autor foi o responsável pela idealização do referido estudo e redação inicial do artigo. A segunda autora colaborou com a ampliação da discussão conceitual e aperfeiçoamento da redação. O terceiro autor contribuiu com a leitura e apreciação crítica. O quarto autor contribuiu com os levantamentos bibliográficos, e também na leitura e apreciação crítica.
-